



**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE
FRANCISCO SÁ**

**CNPJ.: 03.133.862/0001-80 - RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 –CENTRO –
FRANCISCOSÁ –MG .**

SOLICITAÇÃO

Francisco Sá – MG, 02 de janeiro de 2023.

À Ilma. Sra.

Thaine Stefane Ferreira Nery

Departamento de Compras e Licitações do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores
Públicos de Francisco Sá/MG.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o antecipadamente e, considerando o recebimento desta solicitação; venho requerer a formalização de procedimento para **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO E VEICULAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO E DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO PREVIBREJO”**, no exercício financeiro de 2023.

Item	Quant	Unid	Especificações Mínimas	Valor Unit	Valor Total
01	50	CM/COL	PUBLICAÇÕES EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS DE ATOS DE EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO DE PESSOAL, EDITAIS, AVISOS, ADJUDICAÇÕES DE PROCESSOS LICITATÓRIOS, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES E OUTROS ATOS CUJA PUBLICIDADE É EXIGIDA POR LEI	R\$	R\$
02	30	CM/COL	PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	R\$	R\$
Total:					R\$



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE
FRANCISCO SÁ
CNPJ.: 03.133.862/0001-80 - RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 - CENTRO -
FRANCISCOSÁ - MG .

Na oportunidade, encaminho anexo, Termo de Referência para compor o processo.
Sem mais e na expectativa de especial atenção, antecipo agradecimentos.

Atenciosamente;

Elvis Henrique Ruas Rodrigues
Diretor Executivo - PREVIBREJO

Elvis Henrique Ruas Rodrigues
Diretor Executivo
PREVIBREJO

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO:

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
PUBLICAÇÃO E VEICULAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS EM
JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO E DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE
MINAS GERAIS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO PREVIBREJO**

1 DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

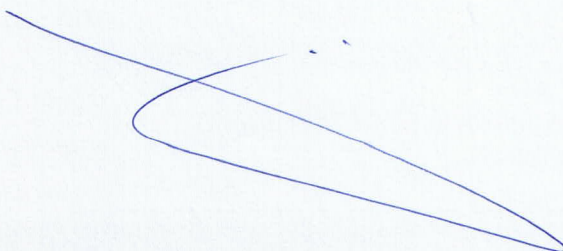
Os serviços a serem contratados se enquadram como comuns, por não possuírem peculiaridade de execução, sendo usualmente encontrados e ofertados no mercado.

2 JUSTIFICATIVA:

Os princípios constitucionais relacionados com a administração pública estão expressos no texto do Artigo 37, caput, da Constituição Federal. Um destes princípios que se aplicam no direito administrativo é o da publicidade e dispõe que a administração pública tem a obrigação de atender ao interesse público, exercer suas funções com mais clareza e transparência.

O Princípio da Publicidade torna de conhecimento público e geral a ato administrativo, constitui um meio de transparência da Administração Pública. A Administração possui a obrigação de publicar os seus atos. Esta é a primeira vertente do princípio da publicidade, o que recomenda uma noção formal, uma vez que o dever de tornar público, tratado pela Constituição Federal, não institui diretamente o acesso à matéria, ao conteúdo, mas somente à exposição do ato em meios oficiais.

Faz-se necessária, portanto, a contratação do serviço mencionado com ampla divulgação no estado de Minas Gerais e no país para divulgação dos atos oficiais e institucionais da Autarquia, com a finalidade de atender a demanda do PREVIBREJO, principalmente no que diz respeito a dar publicidade aos cidadãos e para cumprimento das disposições da Lei Geral de Licitações.





**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE
FRANCISCO SÁ**
**CNPJ.: 03.133.862/0001-80 - RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 -CENTRO -
FRANCISCOSÁ -MG .**

Assim, mantem-se a necessidade da contratação dos serviços em epígrafe.

3 AVALIAÇÃO DE CUSTO:

Conforme exigência legal foi realizada pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos, junto às empresas do ramo, sendo apurados os valores de referência, conforme documentos acostados nos autos.

4 METODOLOGIA:

O critério de aceitação das propostas será o de Menor Preço unitário, levando-se ainda em consideração as especificações do objeto bem como a qualidade dos mesmos e a economia por escala.

No preço contratado já deverão ser computados todos os impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto contrato, isentando a Contratante de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

5 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO:

5.1. Os serviços prestados deverão estar de acordo com o descrito neste termo de referência, bem como devem guardar relação de igualdade com o proposto no orçamento fornecido pela empresa vencedora.

6 ESTIMATIVA DE PREÇO:

Conforme exigência legal, o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG através do departamento de compras realizou pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos junto a 03 (três) empresas do ramo do objeto licitado para apuração do preço estimado para a despesa.

7 FUNDAMENTO LEGAL

Art. art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações.

8 FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

8.1 O Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG atuará como gestor/fiscal do contrato, por meio do Setor de Compras, podendo ocorrer mudanças ou alterações, ou ainda indicação de servidor para fiscalização, alterações estas que serão informadas ao fornecedor em tempo hábil.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ
CNPJ.: 03.133.862/0001-80 - RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 -CENTRO - FRANCISCOSÁ -MG .

8.2. A fiscalização, autorização, conferência do objeto deste contrato serão realizados pelo Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG, ou servidor por ele designado, observados os arts. 73 da Lei Federal 8.666/93.

8.3. Será facultada ao Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG a vistoria nas oficinas dos licitantes, para avaliar as condições das instalações físicas, pessoal, aparelhamento e ferramentaria compatíveis para a execução dos serviços objeto da licitação.

9 PRAZO DE VIGÊNCIA DA RELAÇÃO CONTRATUAL

O contrato terá vigência de 12 meses, a contar de sua assinatura, podendo ser extinto antes do aludido prazo e prorrogações conforme lei nº 8.666/93.

10 DESCRIÇÃO DO OBJETO:

10.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO E VEICULAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO E DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO PREVIBREJO

10.2. Os serviços compreendem:

Item	Quant	Unid	Especificações Mínimas	Valor Unit	Valor Total
01	50	CM/COL	PUBLICAÇÕES EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS DE ATOS DE EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO DE PESSOAL, EDITAIS, AVISOS, ADJUDICAÇÕES DE PROCESSOS LICITATÓRIOS, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES E OUTROS ATOS CUJA PUBLICIDADE É EXIGIDA POR LEI	R\$	R\$
02	30	CM/COL	PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS		
Total:					R\$



PREVIBREJO

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE
FRANCISCO SÁ**

**CNPJ.: 03.133.862/0001-80 - RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 –CENTRO –
FRANCISCOSÁ –MG .**

10.3. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

10.3.1. Os serviços compreendem a publicação dos atos oficiais e institucionais do PREVIBREJO em jornal de grande circulação em todo o estado de Minas Gerais bem como no diário oficial do Estado.

10.3.2. O PREVIBREJO encaminhará a contratada texto para publicação no meio indicado através de e-mail.

10.3.3. A Contratada deverá confirmar o recebimento do e-mail;

10.3.4. A Contratada deverá proceder a publicação dos textos encaminhados imediatamente no dia posterior e encaminhar comprovante de publicação através do e-mail.

10.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.4.1 Comprovações de aptidão para desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste termo de referência.

11. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. Os serviços deverão ter início no prazo máximo de 48 horas, contados da data do recebimento da Ordem de Serviço, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Administração Pública.

11.1.2. O objeto deste Contrato será executado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes.

11.2. Os serviços poderão ser prestados na sede da contratada, desde que tenha assessoria e canal de comunicação durante horário de expediente via e-mail, telefones, WhatsApp.

11.3. O licitante sempre que notificado deverá se apresentar a sede do PREVIBREJO, para a prestação de serviços, dentro do prazo máximo de 48 horas.

11.4. Na ocorrência de atrasos na execução do objeto, o PREVIBREJO poderá aplicar as penalidades previstas neste Edital e na Lei 8666/93 e suas alterações.

11.5. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:

11.6.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

11.6.2. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com indicação do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG,



**ITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE
FRANCISCO SÁ**

**CNPJ.: 03.133.862/0001-80 - RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 -CENTRO -
FRANCISCOSÁ -MG .**

no prazo máximo de 48 horas, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;

11.6.3. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

11.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do Contrato.

11.8. No caso do inciso anterior, fica a mesma obrigada a substituir, em todo ou em parte, o objeto do mesmo, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

11.9. Os serviços serão recebidos:

a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações deste projeto básico.

b) definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do projeto básico, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 dias úteis do recebimento provisório.

11.10. Na hipótese de a verificação acima não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

12 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

12.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 05 (cinco) dias, diretamente a detentora conforme comprovação da regular prestação dos serviços e apresentação da nota fiscal ao setor competente, devidamente acompanhada dos documentos fiscais atualizados, sem o que não será liberado o pagamento.

12.2 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

12.3 - Nenhum pagamento será efetuado à detentora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

12.4 - Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação sem quaisquer ônus para o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG, tais como contratação do motorista, combustível, manutenção preventiva e corretiva, despesas com locomoção, tributos, e demais despesas

diretas e indiretas.

13. DAS OBRIGAÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

O contrato firmado com a Contratante não poderá ser objeto de cessão ou transferência, sob pena de aplicação de sanções, inclusive rescisão.

13.1 Das Obrigações da Contratada

13.1. A Contratada se Obriga a:

a) Prestar diligentemente os serviços objeto da presente licitação, dentro de elevados padrões de qualidade e confiabilidade;

b) Respeitar aos prazos e demais especificações pertinentes à execução do objeto licitado, para que sejam atendidos os interesses do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG;

13.1.1. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços ofertados, inclusive por eventuais danos causados à Contratante;

13.1.2. Comunicar ao setor responsável do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem o prazo de vencimento da prestação dos serviços, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

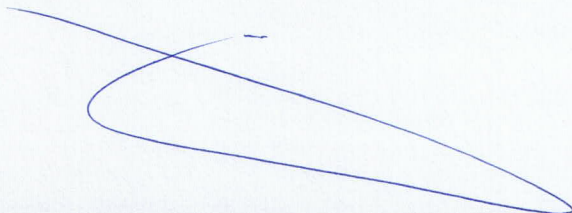
13.1.3.A Contratada deverá substituir/corrigir, no prazo máximo de 48 horas a contar do recebimento da notificação formal, os serviços que venham apresentar defeitos.

13.1.4.Responder por danos e prejuízos, tanto materiais quanto morais, em decorrência dos produtos entregues e/ou serviços prestados, causados à Contratante ou a terceiros por ação ou omissão própria.

13.1.5.Arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta contratação, assim como obrigações trabalhistas, transportes e demais encargos referentes ao objeto contratado, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas.

13.1.6.Responsabilizar-se em prestar os serviços em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;

13.1.7.Fica estabelecido a obrigação de manter durante vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações por ele (a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, devendo comunicar,





**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE
FRANCISCO SÁ**

**CNPJ.: 03.133.862/0001-80 - RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 –CENTRO –
FRANCISCOSÁ –MG .**

imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção desta contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado.

13.1.8. Prover de todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade na prestação de serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

13.1.9. Aceitar as supressões e acréscimos desta licitação, objeto de contrato, em conformidade com o que prescreve o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

13.1.10. A Contratada é responsável pela adequação e qualidade dos serviços prestados.

14.2. Das Obrigações da Contratante:

14.2.1. Efetuar o pagamento de acordo com o valor contratado;

14.2.2. Fiscalizar e acompanhar, através do departamento de compras e licitações, a completa execução do objeto contratado;

14.2.3. Prestar a Contratada, todas as informações e dados por ela solicitados, desde que sejam disponíveis e do conhecimento da Contratante;

14.2.4. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para execução do objeto, quando necessário;

14.2.5. Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir prazos ou irregularidades encontradas na execução do objeto.

15. DA RESCISÃO:

15.1. A Contratante poderá rescindir o contrato, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93, ou ainda nas hipóteses de:

a) não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas, especificações ou prazos, por parte da (o) Contratada (o);

b) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

c) ocorrência de atraso superior a 30 (trinta) dias após a solicitação de serviços, pelo Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG. Neste caso a (o) Contratada (o) será multada conforme previsto no contrato.



**ITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE
FRANCISCO SÁ**

**CNPJ.: 03.133.862/0001-80 - RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 –CENTRO –
FRANCISCOSÁ –MG .**

15.2. A contratação desse serviço não implica vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo a rescisão do contrato ocorrer nos termos do art. 79 da Lei nº 8.666/1993.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1 O Contratado que, convocado no prazo de validade de sua proposta, deixar de promover o fornecimento/prestação do serviço, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG e será descredenciado dos sistemas de cadastramento a que estiver inscrito, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

16.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso no fornecimento/serviço contratados, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, conforme orçamento aprovado, por ocorrência;

II. 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento/serviço contratado, conforme orçamento aprovado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do contrato ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

III. 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, conforme orçamento aprovado, na hipótese de a Contratada, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

16.3. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela Contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.



PREVIBREJO

**ITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE
FRANCISCO SÁ**

**CNPJ.: 03.133.862/0001-80 - RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 -CENTRO -
FRANCISCOSÁ -MG .**

16.4. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais.